
BRASIL 1964, GOLPE CIVIL MILITAR. O QUE FICA DO QUE (APARENTEMENTE) JÁ PASSOU?

Beatriz Terezinha Daudt Fischer¹

Resumo

Quando pesquisadores se debruçarem detidamente sobre Brasil, século XX, por certo os anos 1963/64 não poderão ficar sem a merecida atenção. As matérias jornalísticas da época explicitam em cores variadas, o clima que se vivia ao longo daqueles meses antecedentes ao golpe civil militar. Atualmente, manifestações de rua em nosso país, e as respectivas reportagens na mídia, motivam a retomar alguns materiais de pesquisa trazendo à tona o clima de efervescência política de cinquenta anos atrás. Assim, com inspiração em Foucault, este texto convida a um exercício analítico acerca das verdades instituídas na mídia impressa, sobre política e educação, a partir dos jornais gaúchos *Correio do Povo*, *Última Hora* e *Zero Hora* ao longo do ano de 1963 e parte de 1964.

Palavras-chave: Mídia Impressa; Golpe Civil Militar; Política e Educação

¹ Doutora em Educação (UFRGS), Mestre em Fundamentos Sociais da Educação (Stanford University), atualmente professora pesquisadora do PPG Gestão Educacional, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Endereço: Ramiro Barcelos, 1410/801, Porto Alegre/RS. Email: beatrizf@unisinos.br.

1 INTRODUÇÃO

N: Lembra quando o Paulo Freire foi cassado, tu e a Cora ficaram em pânico?

J: Eu quase fui cassada junto. Foi quando ele veio a Porto Alegre para implantar o Plano de Alfabetização aqui. Eu e a Cora estivemos o entrevistando. Estávamos fazendo uma série de trabalhos para a Revista. Acho que parou no segundo, mandaram parar. E nos disseram que era melhor parar sob pena de sofrermos consequências porque ele tinha sido cassado, teve que sair do Brasil na ocasião. Então, nós tivemos que parar. Embora tivéssemos assistido as conferências e ficado encantadas com o trabalho dele.

O diálogo acima permite compreender parte do contexto vivido no período em torno do golpe civil militar de 1964. Trata-se do depoimento de duas professoras que trabalhavam na Revista do Ensino² na época. Consultando o periódico, encontrei a matéria: *Conscientização do Analfabetismo no Brasil-Método de Alfabetização em 40 horas do professor Paulo Freire* (“primeira de uma série”). Ocupando duas páginas, divide-se entre *Aspectos da Realidade Brasileira* e *Fundamentos Filosóficos do Método Paulo Freire*. Nela fala-se em “inserção do homem no processo de mudança da sociedade brasileira”, em “despertar o homem para a realidade atual”, em “verdadeira politização”, “tomada de posição consciente de cada brasileiro face à realidade do momento” e “a urgente necessidade de alfabetizar essa imensa massa popular, para que ela possa verdadeiramente ter conhecimento daquilo que ela pode e deve fazer” (Revista do Ensino, out/63, p. 57-58). É provável que muitos jovens de hoje não consigam dimensionar o significado de um depoimento aparentemente sem valor, como o das senhoras acima, recordando a censura frente à sua matéria para uma revista tão valorizada entre o magistério da época.

Dando um pulo no tempo, é importante trazer à tona outro cenário, este mais recente. Em junho de 2013, manifestações tomaram as ruas no Brasil, fazendo historiadores e cientistas

² *Revista do Ensino*: um dos periódicos de maior penetração entre o magistério gaúcho e brasileiro da época, editado inicialmente em 1951, com 5 mil exemplares, chegando a 50 mil a partir de 1962.

políticos associar tais acontecimentos aos do ano de 1963, ano que precedeu o golpe civil-militar. Embora matérias jornalísticas hoje utilizem diferentes mídias, num primeiro momento elas apresentaram muita similaridade com o que se publicara nos jornais em meados dos anos sessenta, em especial alertando sobre possíveis riscos que a democracia brasileira estaria a enfrentar, prenunciando um perigo eminente a ser enfrentado. Assim, neste artigo são analisados alguns materiais garimpados em jornais gaúchos, mais precisamente matérias do *Correio do Povo* e *Última Hora* publicadas em torno dos anos 1963-1964. Tais dados envolvem uma pesquisa mais ampla da qual aqui, por razões de espaço editorial, se faz um recorte. Fazendo da pesquisa mais do que um exercício acadêmico, um compromisso político, enfatiza-se aqui o potencial da memória como meio eficaz para a divulgação de tramas que a todos envolvem, como acadêmicos e como cidadãos. Tal decisão não teve como objetivo buscar a *verdade* dos fatos e sim verificar como, a partir de discursos instituídos, as notícias e demais matérias interpelam seus leitores.

2 COMO ENCARAR AS MATÉRIAS PUBLICADAS

Não se trata aqui de concluir se aqueles eram tempos melhores ou piores. Cada época tem sua própria forma de se colocar no mundo. Portanto, não se pretende atribuir maior ou menor valor aos acontecimentos do passado, mas em verificar como, para nós, na história do presente, os mesmos enunciados podem se manifestar ainda que sob outras formas e contornos. Eis pressupostos importantes para entender o que aqui se passará a comentar. O *Correio do Povo*, embora desde o primeiro instante surgisse como “um jornal aberto a todas as manifestações de pensamento”³, nos idos dos anos sessenta, teve sua linha editorial identificada como de tendência conservadora o que, para maior objetividade na pesquisa, exigia a investigação de outro periódico que lhe fizesse uma espécie de contraponto. Por este motivo, o jornal *Última Hora* foi escolhido, tendo em vista sua tradição de caráter popular, inclusive comprovado pela repressão a

³ Palavras do primeiro editorial do *Correio do Povo*: “Ficam definidas em poucas linhas os compromissos com que esta folha entra para o convívio do jornalismo riograndense” (transcritas novamente na capa do dia 1º. de outubro de 1945, por ocasião de seu cinquentenário).

que foi submetido a partir do Golpe de 64, sendo obrigado a encerrar suas atividades⁴. E é justamente por esse motivo que, a contar de maio daquele ano, outro periódico passa a integrar o conjunto de fontes pesquisadas. Trata-se de *Zero Hora* que, dentro das possibilidades permitidas pelo regime então instalado, podia ser considerado um periódico de linha mais popular. Para o devido procedimento analítico, foram consultadas em sua integralidade todas as edições diárias dos anos 1963 e 1964, além de aleatoriamente algumas edições desde a década de cinquenta, mantendo-se as citações em suas respectivas grafias de origem⁵.

Jornais não necessitam de argumentação derivada da ciência, pois geralmente assumem dizer sobre a *realidade dos fatos*, mesmo que seja questionável o significado desta expressão. As práticas discursivas cumprem na mídia uma função “socialmente útil e politicamente conservadora” (FOUCAULT, 1995, p. 38), possível de se perceber com maior acuidade ao nos valermos de determinadas lentes, portadoras de referenciais críticos. Em outras palavras:

[...] tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos (SILVA e outros, 2009, p.5).

De certo modo, o poder da imprensa parece definir o que é preciso que seja dito, o que é preciso que seja acreditado, o que precisa ser feito. Se atentarmos com acuidade, verifica-se que, na mídia em geral, toma lugar um imenso discurso da ordem, uma espécie de ortodoxia. Para melhor compreensão do contexto daquele período – e do que diziam os jornais - este estudo busca apoio em Foucault (1987), renunciando-se à ideia de origem ou causalidade, para acolher cada momento do discurso, no preciso momento da irrupção dos acontecimentos: busca-se “[...] não mais a pesquisa dos começos silenciosos, não mais a regressão sem fim em direção aos primeiros precursores, mas a identificação de um novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos” (p. 4). Seguindo essa lógica, a noção de tempo também passa a ser encarada sob outro enfoque, sacudindo a quietude que nos faz aceitar continuidades desde sempre dadas. Os tradicionais recortes no tempo, que nada mais são do que fatos do discurso, passam a ser

⁴ Na capa de *Última Hora* de 25 de abril daquele ano, há um pronunciamento da Editora Flan S.A., a respeito da interrupção da publicação e do desejo de retornar às bancas o mais rápido possível. Tal desejo, entretanto, não se efetivou.

⁵ Os periódicos são aqui indicados como CP (Correio do Povo), ZH (Zero Hora), UH (Última Hora).

analisados ao lado de outros, em suas relações complexas, imbricadas em redes de poder; recortes provisórios são ensaiados, o que não significa romper com todas as alusões a fatos anteriores. A busca da descontinuidade – tão enfatizada por Bachelard e retomada com insistência por Foucault – não quer dizer anulação dos acontecimentos que se dizem precedentes, já que as teorias e as práticas de uma época não são completamente independentes do que passou. Existem sempre condições de possibilidade antecedentes, tornando quase impossível detectar rupturas absolutas entre as diversas épocas (MACHADO, 1982). Nesta perspectiva, muito mais importante do que saber o que está dito (ou o que está *por trás* do dito), é saber sob que condições de possibilidade o tal dito emergiu. A verdade passa a ser encarada de maneira diferenciada. Ela é vista a partir dos jogos de poder, que ao longo do tempo, instituem regimes de verdade. Também sob essa perspectiva, o poder é visto como uma positividade, subentendido como processo relacional, nunca situado num determinado ponto, mas operando em rede, distribuído entre todos os indivíduos, numa infindável trama de relações, institucionalizadas ou não. Assim, acompanhando Foucault, as práticas discursivas são percebidas como formadoras dos objetos de que tratam (ou falam), e por isso esta pesquisa centra esforços na descrição de tais práticas, em especial aquelas operadas por discursos situados numa determinada ordem espaço-temporal. Tal ordem se situará sempre num determinado campo de relações de poder, exigindo que a análise vá além do discurso em si, já que a materialidade das práticas se dá através e no interior de instituições muito concretas.

3 CONTEXTUALIZANDO O PERÍODO

Assim como historicamente demais acontecimentos do gênero, o golpe civil militar de 1964 não irrompeu de repente, o que demanda lembrar algumas décadas que o precederam, tempo identificado por Hobsbawm (1995) como *A Era de Ouro*: discursos que falam de um mundo melhor para todos, do sonho do bem-estar social, do romantismo pela retomada de um tempo de paz. No Brasil, no final dos anos 40, após a longa ditadura de Getúlio Vargas, predominava a ideologia antiautoritária, geralmente associada à influência de um ideário liberal norte-americano. A sociedade mudava hábitos, costumes, padrões de comportamento, linguagem.

O cinema trazia a mentalidade do pós-guerra, combinada com a idolatria ao heroísmo individual, personificado no soldado americano. Torna-se moda ler histórias em quadrinhos. Os embaixadores do *american way of life* são o Capitão América e o Super-Homem. Mascavam-se chicletes, bebia-se Coca-Cola, ouvia-se o *jazz*, dançava-se o *swing* e os *blues*. Expressões como *bye-bye*, *big boy* iam tomando conta das falas, especialmente entre os jovens. (Coleção Nosso Século, v. 6, 1980, p. 82).

Essa é uma época em que nosso país, e em especial o Rio Grande de Sul, deixa de caracterizar-se como estado rural. Aceleraram-se processos de urbanização e de industrialização, o que se supõe possa corroer as maneiras tradicionais de pensar e agir. Surge a publicidade via rádio, jornais e revistas convidando as pessoas para uma vida “moderna”. Aos poucos, surge também a ideia de que nosso Estado passa por circunstâncias difíceis. Encontram-se nesse período os primeiros indícios das transformações que estavam se processando nos padrões do desenvolvimento capitalista brasileiro. Entre elas, inclusive, o nascimento de enunciações reivindicatórias por parte de operários e de funcionários públicos. Alguns jornais, anteriores a 1950, exibem matérias reveladoras de mazelas e conflitos pertinentes a uma sociedade que se transformava a olhos vistos. A década de 1950, por exemplo, ficou registrada na história brasileira como um tempo bom de viver: a harmonia volta a reinar, prometendo a consolidação da democracia. Não é difícil, entretanto, ir captando aqui e ali notícias que dão conta de uma realidade nem tão sublime assim. Na medida em que se aproxima a década de 60, vários fatos narrados sugerem que algumas rupturas ocorriam no cenário político e social, anunciando possíveis transformações para a sociedade brasileira como um todo. Os movimentos em favor de maior justiça social abandonam o nível de projetos e sonhos para tomar a forma de projetos e ações políticas concretas. Por isso, no diálogo introdutório deste texto, fica evidente a importância da vinda de Paulo Freire a Porto Alegre/RS. Especial destaque neste momento recebem as campanhas de alfabetização de adultos, tendo no “professor Freire” seu notável mentor.

Já desde 1961, o país passa a viver um clima tenso. A Igreja Católica, através de sua ala mais conservadora, se manifesta: “Bispos brasileiros, em conferência, denunciam perigosa infiltração comunista no meio rural” (CP, 10/out/61, contracapa). Qualquer descompasso recebe o significado de ameaça à harmonia que se inventou sempre existir. Nas redes de poder,

instâncias diferenciadas, se articulam quando os objetivos são comuns. São tempos em que, no Brasil, o plano político e econômico passa por situações limítrofes: agudiza-se o processo inflacionário e irrompem greves em vários pontos do país. Por parte do governo federal e de alguns governos estaduais, bem como das demais instituições igualmente identificadas com as forças populares, surgem diversas iniciativas com intenções emancipatórias⁶. Nesse ínterim, entretanto, alguns discursos insistem em propagar o caráter anarquista das massas – os quais alertam para o perigo que se anuncia num país “sem ordem” –, o que, de certa forma, contribui para justificar entre os cidadãos, a necessidade da força e do autoritarismo como alternativas viáveis. Tudo isso se desdobra intensa e, às vezes, anarquicamente, em especial ao longo do ano de 1963, vindo a provocar reações por parte das forças políticas de direita, provocadoras do golpe militar no final de março de 1964. Por esta razão, a seguir desdobram-se acontecimentos especificamente em torno das matérias publicadas nestes dois significativos anos de nossa história.

4 NASCEDOURO DO GOLPE E ALGUNS DESDOBRAMENTOS

Em 1963, agudiza-se o processo inflacionário, irrompendo greves em vários pontos do país. Diversas iniciativas com intenções emancipatórias são divulgadas na imprensa. Alguns discursos insistem em propagar o caráter anarquista das massas, para o perigo de um país “sem ordem” justificando a necessidade da força e do autoritarismo como alternativas viáveis. No plano cultural – espaço em que, desde o movimento modernista de 1922, nada radicalmente novo ocorrera – surge, no início da década de 60, uma maior efervescência no campo das artes em geral, especialmente no cinema, diretamente relacionada ao desejo de conscientização das massas. Artistas, intelectuais e estudantes, das mais variadas formas, nem sempre articuladas entre si, protestam contra o *status quo* e, ao mesmo tempo, iniciam projetos alternativos de educação popular. Há um desejo de *libertar o povo* das mazelas do populismo, mas, paradoxalmente, o próprio caráter populista, de certa forma, impregna tais propostas.

⁶ Kreutz (1979, p. 77), afirma que “Igreja, Universidade e outras instituições, a partir de 1961, uma vez configurada a crise do sistema e o enfraquecimento da classe dominante, teriam bloqueado [...] as estruturas de dominação e iniciado a formação de uma nova hegemonia através do apoio à classe popular.”

O Golpe vai surgir exatamente em meio a essa efervescência. Antes dele, porém, a luta de forças antagônicas explicita-se mais e mais, hoje instigando a seguinte questão: seria possível avaliar o ano de 1963 como um período de tentativa de ruptura com um passado dominado pelas forças conservadoras? As páginas dos jornais parecem indicar nesta direção, noticiando manifestos contra “ideologias de esquerda que se vem infiltrando nos meios estudantis” (CP, 1/out/63, p. 16). Várias matérias parecem simbolizar um caldeirão que começa a ferver. Jovens participam de palestras promovidas pela União Gaúcha de Estudantes sob o título “O engajamento do estudante no momento histórico”. Até mesmo um órgão técnico, como o SEDEP (Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino), da SEC, promove seminários, incluindo entre os objetivos “a conscientização do professor, alertando-o para os problemas da atualidade brasileira” (CP, 5/out/63, p. 13). Intensificam-se os noticiários acerca dos Círculos de Cultura e da Campanha Nacional de Alfabetização desencadeada pelo governo federal. Ao mesmo tempo, os jornais publicam acusações sobre a possível militância esquerdista do Ministro da Educação, Paulo de Tarso e, por extensão, do Presidente da República, João Goulart.

Vale ressaltar que ainda em 1963, mais precisamente em setembro, acontece a primeira greve de professores no Rio Grande do Sul. Trata-se de um forte movimento desencadeado por professoras e professores contratados do Estado, em luta pelos vencimentos em atraso desde abril daquele ano e pelo pagamento das férias a que tinham direito. Promovem “marchas” e concentrações em frente ao Palácio Piratini: “Pela primeira vez em sua história, o professorado do estado do Rio Grande do Sul foi à praça pública reclamar por seus direitos”. É fundado o Movimento de Reivindicações do Magistério Contratado; e as professoras primárias contratadas acusam sua entidade de classe, o CPPE, de omissão (UH, 11/set/63, p. 3). Mas teriam as professoras encontrado apoio em outras instâncias de poder? Os periódicos consultados não respondem a esta questão⁷. No Rio Grande do Sul, assim como nas demais regiões do Brasil, há

⁷ O CP mantém a sua tradicional *neutralidade*, enquanto UH revela um claro entusiasmo diante da ousadia dos professores, mais pela oposição que esta empresa jornalística faz ao Governo do que pelas ideias que motivam o movimento. Mas, nos anais da Assembléia Legislativa, conforme Pesavento (1992, p. 87), registra-se que o Partido Trabalhista Brasileiro e Movimento Trabalhista Renovador lamentam o atraso no pagamento dos professores, enquanto Nelson Marchezan, do Partido Democrata Cristão, defendia o direito de o governo contratar novos professores “quando bem entendesse”, e nisso era apoiado pelo Partido Social Democrático. Vale aqui registrar textualmente a seguinte descrição: “Ante a defesa inflamada dos professores em greve, feita pelo deputado petebista Lamaison Porto, o deputado Darcy Conceição, do PSD, levantava o espantalho da infiltração comunista no magistério gaúcho, bem como denunciava os métodos terroristas empregados pelo PTB. Seu discurso, no qual

uma forte efervescência política. Ildo Meneguetti é eleito governador, representando as elites conservadoras – as quais se opõem veementemente ao governo anterior (o governo de Leonel Brizola, de 1958 a 1962) – e convida para “a pasta da educação” alguém que revela não possuir filiação partidária: em janeiro de 1963, pela primeira vez em nosso Estado, uma mulher e professora, a senhora Zilah Totta, assume a Secretaria de Educação e Cultura⁸. De fato, naquele instante, professora Zilah – por sua personalidade, filosofia e ação, reveladas no cotidiano – incorpora a síntese do magistério de então. Seus pronunciamentos – “A educação é uma obra de todos...” (CP, 30/out./63, p. 11) – revelam influências do discurso proveniente do Concílio Vaticano II. Zilah faz questão de deixar explícito que é a favor da justiça social. Também defende, mais de uma vez, a importância de a escola se integrar à comunidade. Mas, com a mesma veemência, insiste em se manter apartidária⁹. Tais detalhes ajudam a descrever o clima que se vivia no magistério do Rio Grande do Sul. A rápida passagem desta professora pela Secretaria serve também para indicar que, naquele momento, pareciam existir condições para se efetivarem práticas de vanguarda. Uma de suas primeiras iniciativas, nesse sentido, foi a constituição de um grupo que, sintonizando com as questões emergentes ligadas à cultura e educação popular, pudesse desencadear a formação de Círculos de Cultura¹⁰. Para tanto, uma das principais decisões consistiu em trazer Paulo Freire, o que de fato ocorreu em julho daquele ano: “Nós trouxemos Paulo Freire a Porto Alegre, em julho de 1963. Ele deu a largada para o treinamento dos professores. Abrimos um trabalho de voluntariado, para fazer o Círculo de Cultura [...] abrimos inscrições, foi uma coisa que criou um impacto na cidade, porque as inscrições foram tão numerosas que o Paulo Freire levou um susto quando chegou. Era uma multidão” (Zardim, idem, p. 12). O professor, que aos poucos se tornava mais e mais conhecido pela eficácia de seu método de alfabetização de adultos, veio ao Rio Grande do Sul a convite da Divisão do Ensino Primário (onde se inseria o Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos), que, aliada à Divisão de Cultura, encabeçava toda a iniciativa dos projetos alternativos que

acusava os demagogos do PTB de conduzirem o país à escravidão e ao servilismo, à Rússia bolchevista e à Cuba de Fidel Castro, foi recebido com risos pelos parlamentares petebistas...” (Idem).

⁸ Trata-se de Zilah Totta, professora pública estadual.

⁹ Matéria da UH (30/11/63, p. 30) a identifica como pertencendo aos quadros do Partido Democrata Cristão, mas em janeiro de 1964, após sua destituição do cargo, ela declara: “minha intenção é a de continuar apartidária” (UH, 7/jan/64, p. 4).

¹⁰ Andreola (1995) apresenta uma fonte riquíssima em informações acerca deste significativo episódio na história da educação do Rio Grande do Sul.

começavam a se espalhar em Porto Alegre e em algumas cidades do interior. Na liderança desse grupo, entre outros, destaca-se o nome da professora Ana Zardim, cujas palavras a seguir resumem algumas convicções que alicerçavam saberes e práticas do magistério naquele período:

[...] as pessoas naquele momento estavam preocupadas de que a educação tinha que mudar a sua linguagem, que tinha que acabar [a situação] que [fazia com que] a escola fosse uma escola para somar privilégios; que realmente, se a gente quisesse avançar, em termos de sociedade democrática, tinha que haver cada vez mais a participação de todos os setores da sociedade [...] que a escola, por exemplo, deixasse de ser seletiva, que atingisse a todos, que a escola realmente se expandisse para todos. A gente achava, naquela ocasião, que realmente por aí começava um processo de democratização do país. Democratização da cultura e, fundamentalmente, da educação (Zardim, apud Andreola, p. 21).

Segundo matérias jornalísticas, “o Programa de Cultura Popular constitui a principal meta da administração da SEC/RS” (CP, 9/763, p. 4), a qual leva em frente “uma importante experiência no campo da alfabetização popular. Em doze locais, onde reúnem operários, domésticas, marginais e desempregados, num total de 300 alunos adultos, estas jovens (moças voluntárias) criaram um novo método de ensino, baseado no sistema Paulo Freire” (CP, 21/dez/63, p. 3). Por outro lado, manifestações de base repressiva, provenientes das forças políticas de direita – que desde a Guerra Fria marcam sutil, porém poderosa presença na América Latina – tomam lugar de destaque na sociedade brasileira, das mais diversas formas¹¹, inclusive associada ao discurso da emancipação da mulher. Gilda Marinho, colunista social do jornal *Última Hora*, em meio a descrições de bailes e coquetéis da alta sociedade, inicia uma série de comentários envolvendo o que denomina de “politização feminina”: “Hoje a mulher que se conserva alheia à realidade pode ser linda, mas é positivamente *chata*, se me permitirem a gíria” (UH, 6/nov./63, p. 19). O texto segue, divulgando que o Movimento Nacionalista Feminino patrocina um curso de *Introdução aos Problemas Brasileiros*, ministrado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A matéria encerra com uma listagem dos temas, entre os quais

¹¹ Conforme documentos citados por Moniz Bandeira (1973), desde 1947, quando foi criada a CIA, vários acordos (como o *Ponto IV*, em 1952, ou mesmo a conhecida *Aliança para o Progresso*, nos anos 60) já operavam no Brasil, sob a doutrina de *contenção do comunismo*. Ao nível micro da sociedade, conta o jornal, por exemplo, que uma professora, do 2º Científico do “Colégio Julio de Castilhos”, atribuiu o seguinte tema para redação: “Infiltração comunista no Brasil”; durante a aula, teria feito a seguinte observação: “Vou premiar com um zero todo aquele que disser que a infiltração comunista não existe, ou que em seu trabalho insinuar idéias marxistas”. (UH, 24/out/63, p. 3).

se destacam: problemas do capital estrangeiro e a luta contra a espoliação do nosso país; reforma agrária; reformas de base e custo de vida; o papel da mulher na Revolução Nacional Brasileira; o cristão e a Revolução Nacional Brasileira (Idem). Pesquisas posteriores vieram a identificar o Movimento Nacional Feminino como um dos dispositivos utilizados pelas forças promotoras do golpe de 64. Segundo Moniz Bandeira (1973), “organizações de extrema direita, que se apresentavam (quase todas) com o rótulo de *democráticas*, [eram] uma espécie de *trade mark made in USA*” (p. 428)¹². Isto se comprova efetivamente quando, na primeira semana após a tomada do governo pelos militares, a mesma colunista registra com alegria os preparativos que se fazem para a efetivação do “comício do dia 7 de abril”. (UH, 26/mar/64, p. 7).

Guardadas as diferenças entre as manifestações atuais (após derrota de Aécio Neves no evento que reconduziu Dilma Rousseff na presidência), novamente verifica-se muita similaridade com o que publicavam, por exemplo, jornais de outubro de 1963: claramente forças divergentes se digladiam no país. Um artigo intitulado “Analfabetismo e Latifúndio”, assinado por Manoel Sarmiento Barata, um texto radical para a época. Nele, inicialmente o autor faz referência a uma fala proferida pelo ainda Ministro Paulo de Tarso, o qual defende a idéia de se iniciar pela reformulação social, em lugar do refrão “primeiro educar o povo, depois fazer as demais reformas”. A argumentação de Barata reforça as idéias do Ministro:

[...] educar o povo não é distribuir cartilhas de alfabetização ao camponês esmagado pelo latifúndio, não é ensinar-lhes a desenhar o nome, ou mandar professores mato adentro, a dizer-lhes coisas elevadas e patrióticas, que logo serão desmentidas pelas evidências do meio e dos sagrados direitos do patrão. [...] Felizmente hoje o govêrno começa a desmascarar os doutrinadores da falsa educação [...] (UH, 9/out./63, p. 6).

Ao mesmo tempo, em outro órgão da imprensa, manifesta-se justamente o discurso oposto ao anterior: Num longo artigo intitulado “Além da enxada e do alfabeto”, Egidio Hervé defende, entre outras coisas, que “nenhuma reforma é mais urgente que a do ensino” mas que ela deverá ocorrer paralela a uma campanha “de moral e espiritualidade”, porque é preciso reforma “sem

¹² Segundo consta, várias outras entidades passaram a existir e a se fortificar naquele momento. Assim, “o IBAD [Instituto Brasileiro Americano de Desenvolvimento] se multiplicou numa série de organizações subsidiárias, entre as quais a Ação Democrática Popular, a Campanha da Mulher Democrática, a Frente da Juventude Democrática e a Ação Democrática Parlamentar, além de tentáculos junto ao proletariado”. Algumas dessas, por sua vez, também se desdobraram em outras denominações e siglas, tendo porém os mesmos objetivos: evitar a propagação de idéias socializantes que, no país, começam a tomar fôlego (Bandeira, op cit., p. 428).

atropêlo". O artigo encerra criticando o Sr. Paulo de Tarso, “que deu 15 milhões aos meninos da União Nacional de Estudantes e seus Zangões Vermelhos” (Especial para o *Correio do Povo*, CP, 10/out./63, p. 6). Greves se desencadeiam pelo país afora. O governo do Estado, entretanto, para reverter a rebeldia dos professores gaúchos, ameaça demitir 11.800 professores contratados. Mas “o repúdio dos professôres ao decreto [de demissão] foi unânime e, em certo momento [da assembléia], foi necessária a enérgica intervenção da Mesa para impedir que os professôres – e principalmente as professôras – mais exaltados improvisassem uma marcha de protesto ao Palácio Piratini”. (UH, 7/jan./64, p. 5, não grifado no original)¹³. Certamente, tais reações revelam o estopim da crise. As professoras, aquelas cândidas mocinhas e senhoras, sempre exaltadas em verso e prosa, agora decidem tomar posição. Como bem informava ainda em novembro, um telegrama enviado ao jornal por um grupo de estudantes de Uruguaiana, o cenário era desesperador: “Alguns professores vendem seus bens para conseguir sustento” (CP, 25/nov./63, p. 3). Ao longo desses acontecimentos, também se processa “a crise Zilah Totta”. Em janeiro, o jornal *Última Hora* estampa na capa a manchete: “Dispensa de contratados pode provocar a renúncia de Zilah [...]” (UH, 3/jan./64, p. 1). Assim, Zilah, que havia introduzido a prática participativa na administração, Zilah que defendera o direito dos contratados, Zilah, que havia reforçado a integração escola-comunidade, Zilah que, como dizia o jornal, ordenara “blitz contra analfabetismo” (“Em colaboração com o Plano Nacional de Alfabetização [...] baseado no Método Paulo Freire”, UH, 18/dez/63, p. 7), esta senhora – que representava pela primeira vez a presença da mulher e da professora no comandando da Secretaria de Educação – seria demitida.

Quando o calendário lembra que março de 1964 chegou, as professoras – como muitos brasileiros – estão cheias de esperança, convictas de alcançar seus direitos, denunciando, com muita coragem, sua situação acerca de atraso nos pagamentos e respectivo reajuste salarial¹⁴. “De nada adiantam as palavras do Govêrno. O magistério sofre e quer atos. Greve geral das

¹³ Todas as citações foram mantidas em suas respectivas grafias de origem.

¹⁴ Para tanto, utilizam as mais variadas formas, valendo-se inclusive do humor crítico, como revela este “Padre nosso”, enviado à seção *Sem Censura*: “Santo Ildo Meneguetti, que estás no Piratini / Louvado seja o teu nome no cerro do Balori / Atende teus compromissos como Governador, aqui na capital como no interior / Para que teu nome seja respeitado, deixa de andar assim tão atrasado / Perdoa nossas dívidas com a Energia Elétrica, para que nossa situação não seja tão patética / Livra-nos da miséria e da fome, medita naquela que não come / Vê a taça amarga que nos deste e o Pires mau que contra nós investe. Não nos deixeis espancar pela Polícia de Choque, e afasta-nos do teu coronel Pachoque. Amém” (UH, 7/mar/64, p. 11).

professôras primárias foi deliberada [...] em assembléia geral da classe” (UH, 5/mar/64, p. 1 e p. 3). Ariosto Jaeger, tendo assumido o cargo de Secretário de Educação após a queda da professora Zilah, coloca em ação alguns mecanismos repressivos, começando por ditos oficiais, permeados de admoestações, lembrando que “a figura do mestre, pedra angular da formação das novas gerações, não deve ser distorcida pelas paixões políticas e ideológicas que passageiramente empolgam as comunidades” e que, “[o governo] não permitirá a perturbação da ordem [...]”. (UH, 18/mar/64, p. 1). Entretanto, “ignorando as ameaças do govêrno do Estado, mais de três mil professôres primários, reunidos em assembléia geral, [...] decidiram aderir à greve do magistério público” (UH, 18/mar/64, p. 8). Quanto tempo duraria a ilusão de possuir a força do mundo? Quantos dias se dormiria ainda com a esperança de acordar e encontrar espaço para a esperada transformação não só das condições do professorado, mas da sociedade como um todo? E, nos dias seguintes, no mesmo periódico, a força de determinado poder faz-se visível: “professôras, que participaram da recente greve da classe, estão sofrendo pressões por parte das diretoras de escolas” (UH, 25/mar/64, p. 11).

Paralelamente, o movimento pela alfabetização de jovens e adultos vinha conquistando a simpatia da opinião pública nacional. No Rio Grande do Sul, notícias diárias acusam o apoio que a comunidade em geral vem dando a tais propósitos. “Vamos alfabetizar minha gente” é o convite que se faz nas páginas do jornal, o qual aproveita o espaço para marcar sua posição, denunciando as manifestações que resistem veementemente a esta onda revolucionária em favor dos oprimidos: “[...] o governador Carlos Lacerda já abriu a bôca para denunciar que o método [Paulo Freire] é comunizante” (UH, 29/jan./64, p. 3). “[...] são de entusiasmar a rapidez dos resultados, assim como seu aprofundamento, o seu poder verdadeiramente conscientizador das massas.” (UH, 21/fev./64, editoriais da p. 2).

Na semana que antecede a deflagração do Golpe, Porto Alegre tem o privilégio de receber, pela segunda vez, aquele que mais tarde viria a ser considerado um dos principais intelectuais do campo educacional do século XX. Eis uma das matérias que reportam aquele momento e que, devido à importância, vale trazer na íntegra:

A hora é de definições. Este é um período de transição, de crise, em que velhas tarefas, velhas posições, procuram resistir, enquanto emergem novas tarefas e novas posições, procurando se afirmar,

disse o sociólogo Paulo Freire, em palestra que dirigiu à cêrca de mil pessoas, ontem à noite, no salão de Atos da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O professor Paulo Freire, idealizador do método de alfabetização em 40 horas e que se encontra no Estado em companhia do ministro Sambaqui, proferiu a conferência [...] "Tempo Brasileiro e a Educação". Partindo da análise da conjuntura nacional, o prof. Paulo Freire teceu considerações em tórno do problema educação no Brasil, na atualidade. De acôrdo com seu depoimento, a educação de hoje deve ser processada em têrmos de cultura popular, isto é, "desalienadora, contribuindo para a tomada de consciência, a opção, a conscientização e a politização". Especificou ainda que a educação deva se ligar ao processo histórico, tendo em vista as condições do momento. Em outro tópico de seu pronunciamento, o prof. Paulo Freire fêz uma apreciação em tórno das fôrças políticas atuantes no Brasil, definindo o reacionário como aquele que se considera dono da verdade, do processo histórico e ausente do trabalho de democratização do país. Classificou como revolucionária a atividade emergente de renovação que, sem se adonar do processo histórico, contribui para seu desenvolvimento, ajudando a que os outros se ajudem, em posição mais crítica que emocional, considerando o homem como sujeito da história e não objeto dela. Após esclarecer sua opção política, frisando ser cristão-católico de esquerda e pedindo a outros cristão-católicos ibadianos que não interfiram em sua opção política, o professor Paulo Freire dirigiu apelo para que todos atuem, não sejam omissos. E frisou: 'particularmente nós aqui reunidos que provavelmente compomos 1% dos brasileiros que atingem a Universidade e que estamos em débito com o povo' (UH, 25/mar/64, p. 14).

Cabe informar que, em janeiro de 1964, assume como prefeito de Porto Alegre, o senhor Sereno Chaise, do Partido Trabalhista Brasileiro. Conforme se lê nos jornais pesquisados, ele inclui, entre as prioridades iniciais de seu governo, o preparo de professores e voluntários para a aplicação do "Método Paulo Freire"¹⁵. Ainda que com o embargo de alguns grupos, a proposta

¹⁵ No momento em que ele vai organizar seu secretariado, os colaboradores da professora Zilah na Secretaria de Educação "depositam seus cargos em sinal de solidariedade" pela demissão ocorrida (UH, 5/jan/64, p. 4). Então, os professores e professoras que integravam a equipe da Divisão de Cultura Popular da SEC são convidados a integrar agora o Departamento de Educação Municipal e, assim, dar continuidade aos seus propósitos, logo anunciados: "Duzentas equipes farão a guerra ao analfabetismo em Porto Alegre" (UH, 23/ mar/64, p. 5).

segue em frente, articulando várias forças de base progressista: “O Ministério de Educação e Cultura, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a União Estadual de Estudantes, a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas, a Federação de Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul, o Diretório Central de Estudantes e o Instituto de Cultura Popular têm a honra de convidar o magistério, os estudantes e os interessados em geral, para a conferência do Professor Paulo Freire [...] intitulada: *O Tempo Brasileiro e a Educação*. Esta conferência marcará o início da campanha de erradicação do analfabetismo adulto em nossa Capital, através do planejamento elaborado pela Divisão de Cultura Popular da Municipalidade” (UH, 24/mar/64, p. 3).

Nos jornais, posições radicalmente opostas e amparadas por forças claramente antagônicas em seus interesses, valem-se das mesmas palavras para proclamar “a defesa da democracia”. Nos mais variados recantos do Brasil, repercutem enunciados que falam da “educação do povo” como a solução para o país. Em outras palavras, lendo a sociedade brasileira de então, fica muito claro que, precisamente naquele instante histórico, parecem encontrar espaço as condições de possibilidade para que práticas de emancipação efetivamente se consolidem. Mero sonho de verão. Em seguida acontece o golpe militar. A ingenuidade dos primeiros dias, porém, ainda permite que se esbocem algumas ilusões em resistir, como se lê no jornal *Última Hora*: “várias manifestações contra o golpe militar de 31 de março” e, entre elas “o Comando de Reivindicações do Magistério do Estado que participou da última greve vitoriosa da classe [...] instalou sua sede, ontem, pela manhã, no 1º andar da Prefeitura Municipal [...] [convocando] todos os professores a se manterem fiéis à Constituição e às reformas reclamadas pelo Presidente da República” (UH, 2/abr./64, p. 15).

Lastimavelmente, nas semanas a seguir, os jornais proclamam: “Suspensos direitos políticos de 34 pessoas” (ZH, 8/maio/64, p. 10). “Castelo Branco decreta fim da UNE” (ZH, 4/jul./64, p. 1). “A promessa de que os líderes da greve não seriam punidos não foi cumprida, pois todos foram incluídos na última lista de expurgos” (ZH, 2/out./64, p. 5). “Governo usará a Lei de Segurança Nacional para punir agitadores”. (CP, 7/out./64, p. Capa). Com Foucault, podemos dizer que o poder geralmente não precisa ser acionado de forma drástica, a não ser nos momentos de sua fragilidade. Então, na medida em que cresce o enfrentamento entre as partes, mais vigora a explicitação da autoridade constituída, no caso o Estado, que passa a valer-se do uso da força como último recurso para legitimar-se.

Ao mesmo tempo, as tradicionais práticas são atualizadas, às vezes valendo-se de rebuscadas proposições, como esta, da Ação Democrática Feminina (ADF)¹⁶ que, decidindo homenagear as normalistas de Porto Alegre, promove um encontro na Pontifícia Universidade Católica, cujo tema é digno de aqui ser anunciado em toda sua extensão: “Considerada esta verdade fundamental – o futuro da Pátria está nas mãos do professor primário – como deve agir o professor no roteiro de sua missão, satisfeita a consciência de sua responsabilidade?” (ZH, 13/out./64, p. 12). Também o CPPE retoma antigas práticas, tanto ao reverenciar os falecidos – “romaria ao túmulo da professora Anfilóquia Magnus Assis, ex-presidente falecida no presente ano” (CP, 7/out./64, p. 9) –, como ao falar aos seus associados através de conhecidos chavões: “Teus sofrimentos e tuas lutas trazem o signo indelével da verdade [...] Prossegue, professor, em tua missão e que o Mestre Eterno fortifique teu pensamento e tua ação. Valdeci Bezerra, 1ª. Presidente em exercício” (CP, 15/out./64, p. 18).

Da mesma forma, retornam as saudações, seja nas palavras do senhor governador, Ildo Meneguetti – augurando que encontrem “os professores rio-grandenses o justo prêmio pelo dever cumprido”, seja nas do Secretário de Educação, Senhor Ariosto Jaeger, que reconhece nos mestres “o espírito de sacrifício demonstrado” (15/out./64, p. 1). Importante talvez fosse lembrar que, ao trazer à tona estes discursos, não se quer aqui postular a autonomia absoluta de um ou outro indivíduo na determinação dos fatos. Mas sua interdependência no balanço das tensões que ajudam a modular práticas sobre as quais eles têm uma responsabilidade direta. Se uma ou outra iniciativa contrária manifesta reação, a mesma já não encontra força de sustentação, pois determinados regimes de verdade mantêm-se conectados com sistemas de poder autoritário que os sustentam. Assim também, conforme já aludido anteriormente, nos primeiros tempos, o golpe militar encontra certas restrições por parte de alguns grupos, os quais imaginam deter força para levar adiante antigos projetos, ousadas alternativas (seria ingenuidade ou presunção?), em favor de uma sociedade com maior justiça social. Nominados como *agitadores*, suas iniciativas são abortadas, às vezes, de forma violenta. Atos institucionais, com todas as suas conhecidas

¹⁶ A sigla está diretamente relacionada aos grupos de direita, apoiadores do golpe militar. Segundo Moniz Bandeira (1973, p. 471), a Marcha com Deus pela Liberdade, que tinha como objetivo “açular a fúria anticomunista nas classes médias”, teve à frente a bandeira da Mulher Democrata e demais organizações congêneres.

conseqüências, fazem desaparecer não só os projetos, mas em muitos casos as próprias pessoas. Impõe-se o silêncio como coibição das manifestações na esfera pública.

Se seguirmos adiante, folheando os jornais, outras vozes se fazem ouvir: “Presidente Castelo Branco fala à imprensa: Os Inquéritos e as Investigações Estão Prestando Relevantes Serviços à Nação” (CP, 31/out./64, p. 1): um discurso com forte poder de persuasão se instala a partir do governo militar, atingindo todas as camadas sociais. É possível perceber que as redes de poder que antes haviam acionado discursos divergentes – frente contra a carestia, movimento dos professores, reações estudantis, entre outros, ou ainda que haviam apresentado projetos concretos, como as campanhas de educação e conscientização de adultos analfabetos, as atividades de cultura popular e outros similares – agora não encontram sustentação. Como argumenta Pinto (1989, p. 39), a condição de permanência de um discurso está diretamente relacionada com sua capacidade de: transformar as condições que lhe permitiram emergir em condições que lhes possibilitam existir. De fato, forças divergentes ao estabelecido lutaram com dificuldades, tendo que enfrentar não só as poderosas práticas de uma sociedade autoritária, mas também tendo que administrar as lutas internas pelo poder, no seio de suas próprias articulações, como foi o caso, algumas vezes, envolvendo embates entre os próprios professores, quando de fato o “inimigo maior” deveria ser o Estado empregador.

5 O QUE FICA DO QUE (APARENTEMENTE) JÁ PASSOU?

Por que trazer à tona hoje notícias de anos pretéritos? Ora, conforme já referido de início, o propósito consiste em informar os jovens contemporâneos acerca do que foi noticiado num passado não tão distante. Verdades inventadas proliferam. Todo regime de verdade vem conectado com um sistema de poder que o produz e o sustenta. Como muito apropriadamente diz Veyne (1982), o que é poderia ser diferente, mas as coisas vão se colocando diante de nós como se óbvias fossem e, assim, faz-se impossível imaginar o mundo, e nele os indivíduos e suas práticas, nós próprios e nossa cultura, de outra forma. Vive-se dentro de determinado regime de verdades inventadas que ajuda a nos constituir. O poder opera incitando vontades, envolvendo

indivíduos em suas fraquezas ou forças, endereçando-se a necessidades criadas. Assim, é fácil entender como as diferentes forças se instalam e progridem.

Estamos atualmente, velhos e jovens brasileiros, vivendo tempos de desesperança? Como continuar acreditando em projetos de mudança, de luta por um país melhor para a maioria? Quem sabe não excluindo o potencial emancipador da educação, mesmo em tempos pós-modernos – ou o nome que se possa dar a eminente ruptura epistemológica (BIESTA, 1995; 1998 e BURBULES, 1998)? Quem sabe jamais omitindo a vontade de saber e de poder presente em nossos cotidianos? Talvez desmascarar grandes projetos, implodir discursos edificadores, propondo em seu lugar metas localizadas, práticas contingentes, sempre revisadas, jamais definitivas. Com certeza, paralelamente, vamos continuar encontrando *um mesmo* que sempre tenta retornar e se impor. Sempre um *passado presente*, no duplo sentido que essa expressão encerra: é passado que ainda vigora hoje e é passado como dádiva, que se oferece para que dele se possa continuar aprendendo.

BRASIL 1964, CIVIL MILITARY COUP: WHAT REMAINS OF THAT (APPARENTLY) ALREADY PASSED?

Abstract

When researchers dive deeply about Brazil twentieth century, certainly the years 1963/64 cannot come to light without the attention it deserves. The newspaper articles of the time explicit in assorted colors the climate that lived during those months preceding and after the the civil military coup. Currently, street demonstrations in our country, and the related media reports, motivate to resume some research materials bringing out the political effervescence of climate fifty years ago. Thus, in Foucault's inspiration, this text invites to an analytical exercise about the truths instituted in print, on politics and education, from newspapers *Correio do Povo*, *Última Hora* y *Zero Hora* around the year 1963 and part of 1964.

Keywords: Print Media; Civil Military Coup; Politics and Education

BRASIL 1964, GOLPE CIVIL MILITAR. LO QUE QUEDA DE ESO (APARENTEMENTE) PASADO YA?

Resumen

Cuando los investigadores se zambullen profundamente sobre Brasil del siglo XX, sin duda los años 1963 a 1964 no pueden prescindir de la atención que merecen. Los artículos periodísticos de la época explícita en colores surtidos clima que vivió durante los meses previos y después al golpe militar civil. Recientemente, las manifestaciones callejeras en nuestro país, y los informes de los medios relacionados, motivan a reanudar algunos materiales de investigación que traen la efervescencia política del clima hace cincuenta años. Así, en la inspiración de Foucault, este texto invita a un ejercicio analítico sobre las verdades instituidas en la impresión, en la política y la educación, en periódicos del año 1963 y parte del 1964.

Palabras clave: Medios Impresos; Golpe Militar Civil; La Política y la Educación

REFERÊNCIAS

ANDREOLA, Balduino A. *O Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul : história, influências e desdobramentos*. Porto Alegre: UFRGS/FACED/DEBAS, 1995. Relatório de pesquisa.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos EEUU no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BIESTA, Gert J.J. Pedagogy without humanism: Foucault and the subject of education, *Interchange*, v. 29, n. 1, p. 1-16, 1998.

_____. Postmodernism and the repolitization of Education. *Interchange*, v. 26, n. 2, p. 161-183, 1995.

BURBULES, Nickolas. *Doubt and educational possibility*. Illinois University at Urbana-Champaign, 1998. Texto digitalizado.

FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, periódico diário, Edições: 1963 - 1964.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

ÚLTIMA HORA, Porto Alegre, periódico diário, Edições: janeiro, 1963 a abril, 1964.

ZERO HORA, Porto Alegre, periódico diário, Edições: abril, 1963 - dezembro, 1964.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremo-o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

NOSSO SÉCULO, Brasil, 1945-1960: a era dos partidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 1963.

SILVA, Jackson Ronie Sá. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I – Número I – Julho 2009. ISSN: 2175-3423.

ÚLTIMA HORA, Porto Alegre. *Periódico Diário*. Edições: Janeiro, 1963 à abril, 1964.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1978.

ZERO HORA, Porto Alegre. *Periódico Diário*. Edições: abril, 1963 à dezembro, 1964.

Data de recebimento. 30/05/2015

Data de aceite. 10/09/2015